

4468

256

Ameaça de conflito por terras

Saterés-maués prestam queixa na delegacia

Índios da tribo sateré-maué, residentes em Manaus, vestiram-se com trajes e pinturas adequadas a uma ocasião de guerra e foram à 4ª Delegacia de Polícia, onde, pacificamente, prestaram queixa contra o proprietário do terreno que eles invadiram há cerca de quatro anos, entre os conjuntos Hiléia e Santos Dumont.

Segundo a líder das mulheres saterés-maués, Zenilda da Silva Vilácio, o pretenso proprietário, Carlos Alberto Souza Burlamaqui, chegou a ameaçar os índios com revólver. Carlos Alberto, ao tomar conhecimento da denúncia, disse que tudo não passava de um mal-entendido e que nunca fizera ameaça aos índios. (Página A3)



Euzivaldo Queiroz

Os índios chegaram a vestir trajes típicos e até entoaram canto de guerra. Mas eles queriam apenas continuar onde estão, pacificamente

4468

266

Saterés ameaçados em conflito de terra

O grupo indígena disse ter sido ameaçado por Carlos Burlamaqui que se defende e diz que ocorreu apenas um "mal-entendido" entre as partes

Wilsa Freire
e Sígilia Regina

Um grupo de índios da tribo sateré-maué estavam ontem dispostos a entrar em guerra. Eles vestiram-se com os trajes e pinturas apropriados para o momento e até entoaram cantos de guerra. A preparação, no entanto, era apenas um aviso. Eles se dirigiram até a 4ª Delegacia de Polícia e, pacificamente, prestaram queixa contra quem achavam ser o proprietário do terreno que invadiram há cerca de quatro anos, Carlos Alberto Souza Burlamaqui.

Segundo eles, Carlos Alberto estaria querendo retomar a área ocupada ameaçando-os com revólver e atitudes que comprometeriam a convivência no local, como a derrubada de árvores e o acúmulo de lixo na área dos sateré.

Apesar das roupas e da pintura de guerra, a presença de crianças na delegacia indicava que eles estavam em paz. "Por enquanto nós não estamos fazendo guerra, porque queremos primeiro justiça", explica Zenilda da Silva Vilácio, 38 anos, coordenadora das mulheres sateré-maué. "Foi por este motivo que trouxemos nossos filhos. Mas se não houver nenhum acordo, vamos tocar fogo na casa dele (de Carlos Alberto)", avisa.

São ao todo 12 famílias de sateré-maués (cerca de 40 índios) ocupando o terreno localizado entre os bairros do Hiléia e Santos Dumont. Na conta dos sateré eles estão ali há cerca de 15 anos. Já para Carlos Alberto, este número cai para quatro. "Há muito tempo a gente vinha procurando terra para morar e encontramos aquela que estava sem ninguém", conta Zenilda. Eles moram em tendas e sobrevivem do artesanato que fabricam no local. Segundo a Funai, o terreno era uma área verde do conjunto, que já teria sido cedida para os índios.

O administrador regional da Funai, Raimundo Serejo, disse que o órgão estava acompanhando caso, mas ainda não sabia dos detalhes sobre a situação dos índios. "A Funai não tem como arguir pelos índios, porque se trata de uma área urbana, fora de nossa competência", explica.

Para a sateré Zelinda da Silva Freitas, 42 anos, a intenção do funcionário público Carlos Alberto era a de expulsá-los do local. "Primeiro ele construiu uma lanchonete bem no meio do terreno; depois tem o lixo que ele joga para o nosso lado; e ainda por cima recebemos ameaças com revólver", conta.

Mal entendido — Já para Carlos Alberto tudo não passa de um mal entendido. Ele não sabia que os índios tinham prestado queixa contra ele, mas mostra os documentos de sua casa, comprovando que se trata de duas áreas diferentes: a sua e a dos sateré-maué. "Eu só vou fazer um muro para dividir melhor o meu terreno, não vou nem tocar neles", afirmou, argumentando que mora há 15 anos no local e que os índios estariam ali há apenas 4 anos.



O grupo sateré-maué fez demonstração de ritual de guerra com danças em frente ao 4º Distrito, em Flores

Carlos Alberto desmentiu a versão de que teria feito ameaças aos índios. "Eu nem mesmo sabia o motivo de ter que depor na delegacia justamente por nunca ter feito mal àquela gente", conta.

O delegado da 4ª Delegacia de

Polícia, Mariolino Brito, 42 anos, registrou queixa dos índios sob os termos de "esbulho" e "ameaças". Na audiência que aconteceu às 17h de ontem, ele proibiu qualquer ato das partes envolvidas (como corte de plantas ou qualquer tipo de cons-

trução) até que os órgãos competentes que trabalham com as terras urbanas definam a quem pertence as terras. O caso foi encaminhado para o Ministério Público e de acordo com o delegado, a decisão foi bem recebida pelos envolvidos.

Ifam avalia áreas indígenas demarcadas

Luiz Vasconcellos

O governo do Estado vai solicitar ao Instituto Fundiário do Amazonas (Ifam) a avaliação das 48 áreas indígenas homologadas pelo governo Federal. O governador foi comunicado ontem pelo Ministério da Justiça sobre a homologação e tem o prazo de 90 dias para apresentar ou não contestação. O secretário de comunicação, Ronaldo Tiradentes, anunciou que será feita a contratação de antropólogos para assessorar a posição do governo sobre as demarcações. "O governo foi pego de surpresa e só após o levantamento da situação dessas 48 áreas vai pronunciar-se", afirmou.

O Ifam terá o prazo de 20 dias para fazer o levantamento fundiário necessário às demarcações das 48 reservas indígenas em tramitação no Ministério da Justiça. O governo do Amazonas tem 90 dias para a avaliação das demarcações. A área total corresponde a 18.631 milhões de hectares, o equivalente ao dobro do tamanho de um país como Portugal.

Pelo decreto presidencial nº 1.775, que orienta as demarcações, os Estados e municípios, poderão no prazo de 90 dias (contados a partir da publicação no Diário Oficial da União, 8/01/96) se manifestar apre-



Serejo mostra no mapa áreas demarcadas

sentando razões e provas pertinentes a fim de pleitear indenização ou demonstrar erros no processo demarcatório. O titular do Ifam, José Maia, pediu 48 horas para avaliar melhor o decreto, mas num estudo inicial assegurou que a área indicada pelo Ministério da Justiça já consta de levantamento, dentro do total de 30.305 milhões de hectares em áreas indígenas a serem demarcadas.

Pela programação da Fundação Nacional do Índio (Funai), 81 demarcações estão previstas para este ano. O administrador da Funai no Amazonas, Raimundo Serejo, disse que 74

demarcações já deveriam ter sido efetuadas no ano passado, mas como o repasse dos recursos só foram feitos em novembro, o processo foi transferido para este ano.

O financiamento é feito pelo G-7 (grupo dos sete países mais ricos), através do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais, cujos recursos destinados à demarcação das terras indígenas na Amazônia Legal (Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão) aproxima-se de R\$ 22 milhões.

O governo brasileiro entra com 10% dos recursos. O administrador da Funai disse que não tem estimativa da porcentagem de recursos que cabe ao Amazonas. "O planejamento financeiro é feito em Brasília", acrescentou. Ao todo são 142 áreas indígenas em processo de demarcação, no Amazonas. Entre as áreas já reconhecidas como indígenas, 83 ainda carecem de identificação pela Funai, 59 já foram identificadas e 42 estão demarcadas no Amazonas. O administrador regional da Funai, Raimundo Serejo esclarece que destas áreas que aguardam demarcação no Amazonas, a maior é do Vale do Javari com 8.338 hectares. "A maioria é de áreas pequenas e as demarcações além da questão indígena, favorecem a proteção ambiental", afirma.



Os índios reivindicam a área onde moram no Santos Dumont

Entidades contestam o decreto

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) vai mover, junto com outras organizações indígenas, uma ação direta de inconstitucionalidade sobre o decreto 1.755, do governo Federal, que permite a contestação das áreas indígenas demarcadas. A informação é do assessor de comunicação da Coiab, Manuel Lima. Amanhã, representantes de organizações indígenas e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) fazem manifestação em Brasília contra o decreto.

O vice-presidente do Cimi, Francisco Loebens, disse que as últimas homologações de áreas indígenas feitas pelo presidente da república são uma forma de diminuir o impacto do decreto 1.755 considerado prejudicial às demarcações concluídas e em andamento. Ao todo são 55 homologações de áreas no Amazonas este mês. Além de 48 que foram comunicadas ontem ao governo do Estado, sete foram homologadas no último dia 5. "É um jogo de cena do Governo Federal para enganar a opinião pública, porque estas homologações também po-

dem ser revistas", disparou.

O decreto 1.755 abre a possibilidade de governos e municípios, e outros, contestarem a área parcial ou total, das terras indígenas ainda na fase administrativa, ou seja, antes que as demarcações sejam concluídas, atingindo também as áreas já demarcadas. O decreto substitui o decreto 22/91, através do qual as contestações só podiam ser feitas na Justiça.

A administração regional da Funai no Amazonas dispõe de apenas três advogados, que também assessoram os Estados do Acre e Roraima e, eventualmente, do Pará, por isso o administrador da Funai, Raimundo Serejo, teme que o volume de ações de contestação prejudiquem às atividades da Funai e o andamento das demarcações previstas para este ano. "Vai ser uma experiência nova para manter esse cronograma de regularização e ao mesmo tempo acompanhar os processos na Justiça, por isso terá que haver uma reestruturação da Funai para atender essa possível demanda", alerta.